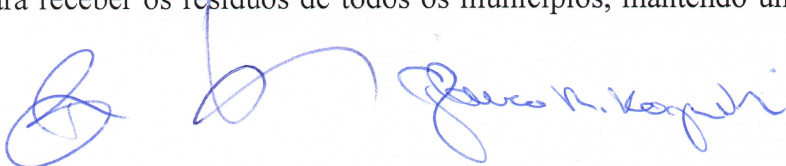


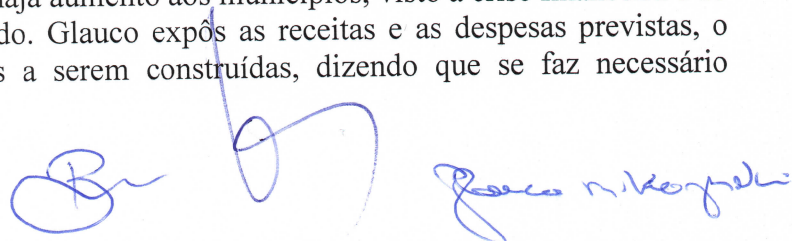
ATA DA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA – CISAN-CENTRAL/RO REALIZADA NA CIDADE DE ARIQUEMES, NO DIA 21 (VINTE E UM) DE FEVEREIRO DE 2017 (DOIS MIL E DEZESSETE).

Aos (21) vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete (2017), às 14:00 horas, na sala de treinamento da Prefeitura no município de Ariquemes-RO, localizada na Avenida Tancredo Neves, 2166, Setor Institucional, reuniram-se 13 municípios pertencentes ao CISAN CENTRAL DE RO para a Primeira Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN-CENTRAL/RO, para deliberação dos seguintes itens da pauta: **I - Apresentação do CISAN CENTRAL RO aos novos prefeitos; II - Apresentação da nova configuração do aterro sanitário, sua vida útil e construção da nova célula; III-Convênios e projetos em andamento; IV-Eleição do conselho fiscal e diretoria executiva; V-Alteração e complementação da resolução 001/2014; VI-Reposição salarial de 6,29% (IPCA 2016); VII-Situação de Jarú (espaço aberto ao município se posicionar quanto a continuidade no consórcio); VIII-Informes gerais.** O Superintendente Glauco Rodrigo Kozerski e o Presidente Oscimar Aparecido Ferreira presidiram a Assembleia, dando boas vindas e agradecendo a presença de todos, após conferência da documentação dos representantes e do quórum necessário, foi dado início à realização da Assembleia. Estiveram presentes: Município de **ALTO PARAÍSO**, Prefeita **Helma Santana Amorim**, representado pelo Vice Prefeito **Valmir dos Santos**, **ARIQUEMES**, Prefeito **Thiago Leite Flores Pereira** representado pelo Secretário de Meio Ambiente **Anderson Pedro de Gasperi**, **BURITIS**, Prefeito **Helton Vagno da Silva Souza** representado pelos servidor **Ronaldi Rodrigues de Oliveira** **CACAULÂNDIA**, Prefeito **Edir Alquieri**, **CAMPO NOVO DE RONDÔNIA**, Prefeito **Oscimar Aparecido Ferreira**, **CUJUBIM**, Prefeito **Pedro Marcelo Fernandes Pereira**, **ITAPUÁ DO OESTE**, Prefeito **Moises Garcia Cavalheiro** representado pelo Vice Prefeito **Paulo Sérgio Tramontin**, **JARU**, João Gonçalves Silva Junior, Representado pelo servidor **Marcelo A. A. Veraz**, **RIO CRESPO**, Prefeito **Evandro Epifânio de Farias** representado pelo servidor **José Antônio Pereira**, **MACHADINHO D'OESTE**, Prefeito **Leomar Patrício** representado pelo servidor **Nilton Roberto**, **MONTE NEGRO** Prefeito **Evandro Marques**, **VALE DO ANARI**, Prefeito **ANILDO ALBERTON** representado pelo servidor **Marcelo A. de Lima**, **THEOBROMA**, Prefeito **Claudio Miros Alves dos Santos** Representado pelo Vice Prefeito **José Abel Pinheiro** os quais exerceram direito de voz e voto. O Superintendente iniciou a assembleia cumprimentando a todos e passando a palavra ao presidente do CISAN que agradeceu a presença de todos e se apresentou aos novos gestores dos municípios consorciados e enfatizou a importância do CISAN CENTRAL/RO para os municípios, após a apresentação o presidente passou a palavra ao superintendente que fez uma breve apresentação da equipe aos consorciados, e passou ao primeiro item da pauta: **I - Apresentação do CISAN CENTRAL RO aos novos prefeitos;** dado início aos itens da pauta o superintendente apresentou em slides sobre consórcios públicos, lei de saneamento básico e sobre o histórico do CISAN CENTRAL/RO desde a sua criação até o ano de 2017, discorrendo sobre a constituição, áreas de atuação, localização geográfica, membros atendidos e serviços prestados. **II - Apresentação da nova configuração do aterro sanitário, sua vida útil e construção da nova célula;** discorreu-se sobre o Plano Regional de Gestão Associada e Integrada de Resíduos Sólidos, elaborado em 2013, no qual foi ratificado pelos prefeitos o cenário de 02 aterros sanitários no Consórcio, sendo um em Jarú e um em Ariquemes, no qual se utilizaria o de Ariquemes até a construção do aterro sanitário de Jarú. Foram expostas as imagens das infraestruturas realizadas no aterro sanitário no exercício de 2016 para adaptação do recebimento dos resíduos dos consorciados tendo em vista a efetivação da contratação da empresa para transporte. Também foi apresentado a nova configuração do aterro sanitário de Ariquemes, já compatibilizada para receber os resíduos de todos os municípios, mantendo uma



vida útil aproximada de 14 anos e com a execução do PRGAIRS pode se estender até 32 anos de vida útil. **III-Convênios e projetos em andamento;** O superintendente relacionou todos os convênios para atender o aterro sanitário ou o Consórcio Cisan Central RO, sendo um convênio de R\$ 1.160.000,00 entre a FUNASA e a Prefeitura de Ariquemes para construção de instalações no aterro sanitário, dentre elas uma unidade de triagem com todos os equipamentos para fazer a triagem de resíduos. Cujubim pediu explicação sobre a capacidade da unidade de triagem, se todos os resíduos dos municípios passariam por ela. O superintendente em resposta informou que a unidade de triagem possui capacidade para atender aos consorciados, porém é mais viável economicamente que cada município busque a triagem em sua localidade para diminuir os custos com o transporte e aterramento. Outro convênio, é do Centro de Referência em Qualidade de Água e Esgoto, no qual constitui em um laboratório de alta complexidade que poderá atender ao estado todo, com recursos de R\$ 3 milhões da Funasa + R\$ 150 mil de contrapartida + R\$ 3 milhões em equipamentos pelo governo do estado. Glauco explicou que análise e aprovação demorou demais, a planilha ficou desatualizada e agora com nova atualização é possível que o recurso não seja suficiente. O presidente Oscimar relatou que caso o convênio não prossiga, conversará com o governador para redirecionar a parte do estado para construir infraestruturas nos municípios. Glauco relatou também sobre o convênio dos Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB com o Ministério das Cidades, no valor de R\$ 572.961,09, no qual foram concluídos todos os planos de todos os municípios, sendo 12 planos elaborados, o PMSB de Ariquemes feito revisão e o plano de Jaru feito revisão e complementação. Glauco alertou que 03 municípios não marcaram a conferência final ainda que são: Jaru, Machadinho e Cacaulândia. Outro convênio com o Ministério das Cidades é para elaboração de projetos em infraestruturas de manejo de resíduos sólidos no valor de R\$ 777.000,00 na qual foram projetados Estações de Transbordo, PEV's (pontos de entregas voluntárias), Galpões de triagem, Galpões de acumulação, Galpões de compostagem, Área de Triagem de Resíduos de Construção Civil entre outras infraestruturas de resíduos sólidos, sendo que falta uma etapa de elaboração dos projetos básicos. **IV-Eleição da diretoria executiva e do conselho fiscal:** Glauco explanou sobre a diretoria executiva e sua composição, sendo: o presidente, 01 diretor administrativo e financeiro e 01 diretor técnico. O presidente já fora eleito em novembro do ano passado e os dois diretores se fazem necessário eleger este ano. Glauco mostrou trecho do estatuto que fala da eleição do presidente, no qual em seu art. 34 diz: " O presidente em exercício convocará até o dia 10 de dezembro do ano de encerramento a assembleia para cerimônia pública de eleição e posse." O senhor Oscimar Presidente do CISAN CENTRAL/RO pediu a palavra e expôs os motivos que o levaram a assumir a presidência do CISAN CENTRAL/RO, relatou que ele era o único prefeito reeleito e que o Cisan passava por um momento de definição de várias ações, processos consolidando e convênios. Mas salientou que acha importante que os novos Prefeitos se manifestassem quanto a sua eleição, pois ele precisa do apoio de todos para conseguir deslançar as atividades, desta forma não houve objeção e ficou ratificado sua posse. Passado a palavra ao Senhor Glauco foi dado continuidade aos itens da pauta e após explanação sobre a função dos diretores executivos e conselho fiscal foi aberta a oportunidade aos servidores representantes dos municípios se candidatarem as vagas, no qual candidataram se ao cargo de diretor Técnico Operacional: Renata Romualdo Silva e Jhonatan R. Faccin, sendo que após discussão e deliberação ficou eleita a servidora Renata Romualdo Silva do município de Buritis com 7 votos para o cargo de diretora técnica operacional, o senhor Jhonatan R. Faccin do município de Cujubim recebeu 5 votos. Para o cargo de diretor administrativo e financeiro candidatou-se apenas o servidor Arildo Moreira que após discussão e deliberação ficou eleito para o cargo. Já para o Conselho fiscal: após discussão e deliberação ficaram eleitos por unanimidade os servidores que se candidataram Paulo Sérgio Tramontin do município de Itapuã D' oeste, Marcelo Alves de Lima do município de Vale do Anari e Janderson J. Cechinel servidor do município de Cujubim **V - Alteração e complementação da resolução 001/2014 que trata do regime jurídico dos servidores;** Foi proposto através da resolução 36/2017, a alteração nos anexos que trata do tipo, quantidade e remuneração de cargos efetivos e comissionados. Foi

proposto a regulamentação de gratificação por desempenho. Após discussão e deliberação fica aprovada a resolução por unanimidade. **VI-Reposição salarial de 6,29% (IPCA 2016);** Foi apresentado através da resolução nº 37/2017 a pauta sobre reposição salarial com base no índice de inflação de 2016. O prefeito de Monte Negro questionou qual seria o impacto na folha. Nosso controlador interno, Euzimar Filgueiras, relatou que a folha salarial do administrativo esta em aproximadamente R\$ 28 mil e a do operacional em R\$ 17 mil mensais, no qual 6,29% daria um impacto mensal aproximado de R\$ 2.800,00 mil. Também relatou que para o consórcio não existe a exigência de limite prudencial de gastos com servidores, mas mesmo assim, nos relatórios entregues ao TCE o Cisan procura sempre apresentar este percentual, no qual no último quadrimestre foi de 44,33%. Após discussão e deliberação fica aprovado por unanimidade. **VII-Situação de Jarú (espaço aberto ao município se posicionar quanto a continuidade no consórcio);** Foi passado a palavra ao município de Jarú que já havia se manifestado através do ofício nº 128/GP/2017 de 14/02/2017 pela saída do Consórcio. O procurador do município Marcelo se manifestou dizendo que o prefeito decidiu pela saída devido a situação financeira caótica do município, que não tem condições de manter o pagamento mensal e nem sequer quitar a dívida. Também afirmou que nunca chegaram efetivamente a utilizarem os serviços do consórcio. Questionado se o Ministério Público não está pressionando eles igual está pressionando os demais municípios. Marcelo afirmou que já conversaram com o Ministério Público e que Jarú irá construir o seu próprio aterro sanitário no município de JARU/RO dentro de um ano, que eles já haviam realizados todos os estudos e projetos. Após explanação, Glauco Rodrigo Kozerski, se manifestou afirmando que Jarú se utilizou muito dos serviços do consórcio, que os projetos do aterro que Jarú afirma que têm foi o consórcio que fez, fora os demais projetos, planos e aterro sanitário que estava disponível desde 2015. Glauco demonstrou que os custos do aterro sanitário de Ariquemes estão abaixo de R\$ 40,00 por tonelada e os outros aterros do estado cobram R\$ 143,00 por tonelada somente para aterramento. Para Jarú, os custos de aterramento com os custos de transporte, ficaria aproximadamente R\$ 90,00 por tonelada. Glauco afirmou que no planejamento do consórcio já é previsto o aterro sanitário de Jarú, que para Jarú operar sozinho um aterro terá que arcar sozinho com os custos de operação, que não ficaria menos que R\$ 150 mil mensais e com os custos de investimento de aproximadamente R\$ 6 milhões. Também afirmou que em um ano, mesmo se o investimento for de iniciativa privada não consegue implantar um aterro, pois somente os prazos para licença ambiental vai um ano, mais o prazo de construção e operacionalização. Ariquemes levou 7 anos entre planejamento e operacionalização. O presidente Oscimar em defesa ao que foi alegado pelo município de Jarú expôs as ações que o consórcio realizou em benefício do município de Jarú, e disponibilizou ao município a possibilidade de apresentação de proposta para readequação financeira com o consórcio para permanência de Jarú e solicitou que os representantes de Jarú levassem ao prefeito o pedido de reconsideração do consórcio. Alguns prefeitos manifestaram o interesse de ir lá em Jarú e apresentar todos esses números e enfatizar a importância de que Jarú continue no consórcio. O representante de Jarú disse que ia marcar uma reunião do Cisan com o prefeito e dar o retorno e também se comprometeu a informar o CISAN CENTRAL/RO da decisão final do Prefeito Municipal. Desta forma, ficou suspensa a **resolução 039/2017** – que trata de abertura de procedimentos para exclusão do Município de Jarú do Consórcio. **Aprovação da resolução 038/2017 – sobre transferências de recursos entre as contas do rateio administrativo, operacional e da construção de célula.** Em continuidade ao assunto de Jarú, Glauco expôs os valores a cobrir diante da saída de Jarú, do déficit ocasionado pelo não recebimento da receita do operacional e administrativo, e principalmente da construção da célula, que tem que ser construída este ano, com valores próximos a R\$ 700 mil. Glauco propôs duas alternativas, ou os municípios absorvem este déficit aumentando os rateios ou utilizaremos do saldo superavitário proveniente de pagamento de dívidas, parcelamentos e economia de gestão para cobrir os custos este ano, sem que haja aumento aos municípios, visto a crise financeira e ao orçamento de cada município já definido. Glauco expôs as receitas e as despesas previstas, o saldo em caixa e as obras prioritárias a serem construídas, dizendo que se faz necessário



remanejamento entre as contas para cobrir a construção da célula, manter a operação e executar outras obras conforme disponibilidade de caixa, como reforma da guarita/portões, construção do prédio do administrativo. Colocando em votação foi aprovada por unanimidade a **resolução nº 038/2017. VIII-Informes gerais**. O diretor técnico Walleson Higor pediu a palavra para solicitar aos municípios agilidade na construção das estações de transbordos provisórias, pois já foi dado ordem de serviço para a empresa que ganhou a licitação de transporte e esta já está pronta para o recolhimento. Walleson alertou também quanto ao Plano de saneamento, quanto aos municípios que não marcaram a audiência pública final, pois o convênio se encerra em março. O senhor Glauco informou aos municípios que o Consórcio está fazendo parceria com a empresa COOPERAR de Porto Velho para o recolhimento de eletroeletrônicos, pilhas e baterias, no qual caberia aos municípios fazer a campanha e o armazenamento em um único local de coleta e a empresa viria buscar este material quando desse o volume de uma carga. **Propostas dos municípios:** O prefeito de Cujubim pediu a palavra e solicitou a isenção do valor operacional devido pelo município, tendo como base a justificativa de que o município não transportou resíduos para o CTDR e tendo em vista as dificuldades financeiras enfrentadas pelo município. Glauco explicou que quando foi deferido que o CISAN assumisse as instalações do aterro todos concordaram em arcar de imediato com os custos de operação e o aterro sanitário já estava disponível desde 2015. Que vários municípios pagaram e hoje é contabilizado a entrada deste recurso para cobrir o déficit de Jarú. Glauco alertou também que Ariquemes investiu mais de R\$ 5 milhões de reais e está compartilhando a infraestrutura sem ônus dos investimentos para os municípios. O senhor Oscimar pediu a palavra e deu continuidade a explicação referente aos custos de operação e a importância do pagamento pelos municípios consorciados. O município de Buritis se manifestou quanto aos débitos de Jarú e o Senhor Glauco em resposta expôs que os débitos anteriores deverão ser pagos e que os investimentos estão em estudo quanto a possibilidade de cobrança de indenização dos demais municípios. O município de Cujubim e Monte Negro propuseram a isenção de juros e multas dos débitos vencidos até fevereiro de 2017 e quitação desses débitos até 31/03/2017. Após discussão e deliberação fica aprovada a **resolução nº 040/2017**, com a ressalva de que caso o município não atenda ao acordo o valor da dívida originária retornará a ser devido, a proposta deverá beneficiar todos os municípios. Foram encerrados os trabalhos, nada mais havendo, segue assinada por mim Bruna Ribeiro Almeida Bruna Ribeiro Almeida, que secretariei a reunião e pelo Superintendente Glauco Rodrigo Kozerski Glauco Rodrigo Kozerski, e pelo presidente Oscimar Aparecido Ferreira Oscimar Aparecido Ferreira, que presidimos a presente Assembleia e em anexo lista dos presentes, que lançam sua assinatura na condição de testemunhas.